

Quesito n.º 29

O Estado resolve permitir o uso oneroso, por particular, de um imóvel pertencente ao seu patrimônio, com a condição de que, em contrapartida, sejam prestados determinados serviços, de interesse público. Não há lei ordinária, normativa, sobre o assunto. Pergunta-se:

- a) — é lícita tal entrega?
- b) — qual a forma pela qual ela poderia ser autorizada e o respectivo fundamento jurídico?
- c) — caso fôsse lícita, quais as condições e formalidades indispensáveis à sua concretização, e execução, e o que de essencial deveria conter o ato respectivo?

Quesito n.º 30

As eleições realizam-se no início de outubro p. vindouro.

O Diário Oficial de 6 de julho vem de publicar a promulgação da Emenda Constitucional n.º 15, que adita ao texto constitucional alguns artigos. Entre êles, o de n.º 22, que prescreve:

“São vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigação de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada, nem qualquer direito, para o beneficiário, os atos que, no período compreendido entre os 90 dias anteriores à data das eleições federais, estaduais e municipais e o término respectivamente do mandato do Presidente da República, do Governador do Estado e do Prefeito Municipal importem:

- a) —
- b) — contratar obras ou adquirir equipamento e máquinas, salvo mediante concorrência pública;
- c) — distribuir ou ampliar fundos ou verbas globais, a não ser dentro do critério fixado em lei anterior;
- d) — autorizar empréstimos por bancos oficiais ou por entidades de crédito em que o Poder Público detenha o controle do capital, a Estado ou Município, salvo em caso de calamidade pública ou quando o contrato obedecer a normas uniformes”.

A SURSAN, que há quatro anos executa as obras da Adutora do Guandu, quer diretamente, quer sobretudo através da colaboração de dezenas de firmas empreiteiras, com as quais contratou obras e serviços seja através de concorrência pública, seja com dispensa dela (devidamente autorizada pelo órgão competente — Conselho de Administração) em face da existência de motivos relevantes, foi surpreendida com a vedação constitucional que, à primeira vista, e em última análise, IMPÕE A PARALIZAÇÃO DA OBRA.

Isto porque ela depende de vultoso empréstimo a ser concedido pelo Banco do Estado, mas sobretudo porque uma concorrência pública ordinária exigiria, no mínimo, o decurso de 60 dias, pela necessidade de publicação de editais (além dos prazos, o Diário Oficial está bastante atrasado na publicação do expediente oficial).

A SURSAN sofre a fiscalização de uma Junta de Controle, apêndice do Tribunal de Contas, com a incumbência de examinar a legalidade dos atos que importem despesas e compromissos.

Como Procurador, chamado a dizer pela Presidência da SURSAN, como se pronunciaria? Vê alguma solução para o impasse? O empréstimo, que foge às normas uniformes, poderia ser concedido? As obras poderiam ser contratadas?

6. Prova Escrita de Direito Processual Civil

Quesito n.º 1

O artigo 64 do Código de Processo Civil, que exigia o requisito subjetivo para a condenação na verba honorária, com o advento da Lei n.º 4 632, de 18-5-65, passou a vigorar com nova redação, *verbis*:

“A sentença final na causa condenará a parte vencida ao pagamento dos honorários do advogado da parte vencedora, observado, no que fôr aplicável, o disposto no art. 55”.

Examine as hipóteses de dois processos de mandado de segurança, dos quais, à data em que entrou em vigor a Lei n.º 4 632, um estava ainda em curso na primeira instância, e o outro, já com sentença, pendia de decisão em grau de recurso. E responda, fundamentadamente, quanto a cada um dêles: denegada a segurança, é aplicável, em favor do Estado, a nova regra?

Quesito n.º 2

Pode o assistente do Réu:

- a — reconvir ao autor?
- b — recorrer, mesmo que o Réu não o faça, da sentença que julgar procedente a demanda?

Justifique as respostas.

Quesito n.º 3

Prestes a esgotar-se o prazo prescricional, o Estado da Guanabara ajuizou ação contra F. Procurando-o em seu domicílio, o oficial de jus-

tiça incumbido da citação teve ciência de que F., atacado de alienação mental, fôra recolhido a um hospício, em estado grave, embora *não pronunciada a sua interdição*.

Como se há de proceder, diante de tal situação? Justifique a resposta.

Quesito n.º 4

Oposta, em certo processo, exceção de coisa julgada, o Juiz não a acolheu e, afinal, julgou procedente a demanda, não tendo sido interposto recurso algum. O vencido, entretanto, *impugna a execução*, arguindo a *nulidade da decisão* e invocando em seu favor o art. 798, I, *b*, do Código de Processo Civil, que reza:

“Art. 798 — Será nula a sentença:

I — quando proferida:

- a)
- b) com ofensa à coisa julgada;
- c)

II —

É cabível a impugnação? Justifique a resposta.

Quesito n.º 5

— I —

De sentença condenatória proferida hoje contra o Estado da Guanabara, em causa de valor de Cr\$ 80.000 (oitenta mil cruzeiros), deve o Juiz recorrer de ofício? E o Estado, de que recurso voluntário poderá valer-se? Justifique as respostas.

— II —

Responda, fundamentadamente: o Tribunal de Alçada é competente para conhecer, em algum caso, de apelação interposta pelo Estado da Guanabara?

Quesito n.º 6

Indique os vários aspectos pelos quais se caracterizam e se distinguem os institutos da *fraude contra credores* e da *fraude à execução*.

Quesito n.º 7

No curso de certa ação de desapropriação, já contestada, a Administração revogou o P. A. de que decorria a necessidade do imóvel para

a realização de obra pública. O Estado comunica o fato ao Juízo e pede o encerramento do processo.

O atendimento desse pedido está condicionado à concordância do expropriado, de acordo com o que dispõe o art. 181 do Código de Processo Civil? Por que?

Quesito n.º 8

Contra sentença proferida *com violação de certo dispositivo do Código Civil* e transitada em julgado, o vencido, F., propôs ação rescisória, com fundamento no art. 798, I, *c*, do Código de Processo Civil. O Tribunal, entretanto, não reconheceu na decisão rescindenda o erro alegado e julgou improcedente a rescisória.

Deste último acórdão interpõe F. *recurso extraordinário*, invocando o art. 101, III, *a*, da Constituição Federal, e acoimando a decisão do Tribunal de contrária:

- I — à letra do referido dispositivo da lei civil;
- II — à letra do próprio art. 798, I, *c*, do estatuto processual.

Em sua opinião, esse recurso extraordinário:

- a — não deve ser conhecido?
- b — deve ser conhecido mas, no mérito, desprovido?
- c — deve ser conhecido e provido?

Justifique a resposta.

Quesito n.º 9

Mediante lei autoexecutória, sancionada pelo Presidente da República, o Congresso Nacional decretou medida que o Governo Estadual reputa inconstitucional e lesiva a direitos patrimoniais da Guanabara. Por determinação do Governador, a Procuradoria Geral está estudando a *providência judicial* que se há de tomar em nome do Estado.

V. foi incumbido de analisar a viabilidade:

- a — de um mandado de segurança;
- b — de uma representação ao Procurador-Geral da República, para arguição da inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal;
- c — de uma ação popular.

Indique, em relação a cada uma dessas providências, as *objeções suscetíveis quanto ao cabimento*, e diga qual delas, no seu entender, se apresenta mais viável.

Quesito n.º 10

Em ação declaratória proposta por Caio contra Tício, argüiu este, na contestação: a) preliminarmente, a ilegitimidade *ad causam* do Autor; b) no mérito, a inexistência da relação jurídica objeto da ação.

O Juiz, que no despacho saneador se abstera de decidir a questão preliminar (por considerá-la “intimamente ligada ao mérito”), na sentença final julgou-a improcedente e, no mérito, também improcedente a ação, por não provada a existência da relação jurídica, cuja declaração se pleiteava.

No julgamento da apelação interposta por Caio, os três membros componentes da Câmara julgadora manifestaram-se, sem discrepância, em total desacôrdo com a sentença apelada, considerando *existente e provada* a relação jurídica objeto da ação, se bem que Caio fôsse *parte ilegítima* para pedir a respectiva declaração.

Ao proferir o seu voto, o Relator, considerando que a Câmara não se poderia pronunciar sobre a preliminar, *porque Tício não havia apelado desta parte da sentença*, dava provimento ao recurso para julgar procedente a ação. O Revisor, *argumentando que a legitimação para agir é questão de mérito*, negava provimento ao recurso, mantendo a conclusão da sentença apelada, mas por outro fundamento: o da ilegitimidade *ad causam* ativa. Ante o dissídio, o vogal pediu vista dos autos para melhor examinar a matéria.

Pergunta-se: como deverá votar o vogal e como há de justificar o seu voto?

7. Prova Escrita de Direito Constitucional

Quesito n.º 1

O Executivo, ao pretender abrir concurso para prover cargos iniciais de determinada carreira, verificou que não havia lei estabelecendo, para o caso, limite de idade. Como a carreira em referência — pelas atribuições que lhe eram próprias — exigia que não excedesse a 25 anos a idade dos que nela ingressassem, decidiu a Administração incluir tal limitação nas instruções reguladoras do concurso, por entender que isso se inscreveria na esfera de sua discricionariedade.

Examine esse ato em face da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Quesito n.º 2

Determinado servidor federal foi transferido ao Estado da Guanabara em decorrência da mudança da Capital, ficando, conseqüentemente, vinculado à União quanto ao pagamento de seus vencimentos, que continuaram a correr pelo Tesouro Federal, segundo estabelece a Lei San Tiago Dantas (n.º 3 752, de 1960).

Tendo sido demitido de seu cargo pelo Governador, que lhe aplicou o Ato Institucional n.º 1, apelou êle para o Supremo Tribunal Federal suscitando ali a existência de conflito entre a União e o Estado (art. 101, item I, letra e da Constituição Federal), pois alegava que em face da legislação pertinente ao seu cargo, somente poderia ser demitido pelo Presidente da República, e que, por isso mesmo, o ato do Governador fôra praticado com usurpação de competência própria do Chefe do Executivo da União.

Pergunta-se: era o suscitante parte legítima para levar a questão à Côte na forma que o fêz? Por que?

Quesito n.º 3

A Constituição Federal estabelece no seu art. 18, § 3.º, que a União poderá cometer a funcionários estaduais a execução de leis e serviços de sua competência, provendo as necessárias despesas.

Tendo a legislação do impôsto de renda atribuído às administrações estaduais o encargo de processar, nas fôlhas de seu pessoal, o desconto, na fonte, do tributo, pergunta-se: deve a União, nos têrmos do referido preceito constitucional, remunerar os servidores estaduais incumbidos daquela tarefa?

Quesito n.º 4

O Procurador-Geral da República submeteu ao exame do Supremo Tribunal Federal *Representação* que lhe foi dirigida pelo Governador do Estado de Pernambuco, objetivando a inconstitucionalidade da Lei estadual pernambucana n.º 3 359, de 17 de janeiro de 1959.

Os fundamentos da arguição assim podem ser resumidos: o Projeto do qual resultou a lei impugnada havia sido votado pelo Governador. Dois dias após o envio de Mensagem à Assembléia, com as razões de veto, o Governador, alegando se haver equivocado, remeteu outra Mensagem à Assembléia comunicando a sanção do referido Projeto, o que ocorreu no último dia do decêndio constitucional.

O mesmo Projeto foi, assim, totalmente vetado, de início; posteriormente, foi sancionado, sem restrições.

O Procurador-Geral da República *opinou pela improcedência da Representação*, dada a inexistência, ao seu vêr, de infração ao princípio da independência e harmonia dos poderes (art. 7.º, VII, b da CF), calado no qual fôra manifestada a arguição.

Pergunta-se:

a) É válida a retratação do veto, se ocorrida no decêndio constitucional?